

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Capítulo 1 – O Sistema Tributário Nacional brasileiro	19
Capítulo 2 – Princípios gerais de tributação: o que deve ser	21
2.1. Introdução aos princípios gerais de tributação	21
2.2. Princípio da simplicidade tributária.....	22
2.3. Princípio da transparência tributária	25
2.4. Princípio da justiça tributária e princípio da capacidade contributiva	26
2.5. Princípio da cooperação	30
2.6. Princípio da defesa do meio ambiente pela tributação: por um Sistema Tributário "verde"	31
Capítulo 3 – Limitações ao poder de tributar: o que não pode ser	37
3.1. Introdução às garantias do contribuinte	37
3.2. Proibição da instituição de tributos senão por lei em sentido estrito (legalidade tributária), prévia ao fato gerador (irretroatividade) e publicada com certa antecedência (anterioridades tributárias de exercício e nonagesimal).....	38
3.3. Proibição de tratamento tributário desigual (igualdade ou isonomia tributária).....	43
3.4. Proibição de efeitos confiscatórios	45
3.5. Proibição de tributos que violem a liberdade de circulação de pessoas e mercadorias	48

3.6. Proibição da tributação de certas pessoas, situações e operações para a preservação das liberdades e da federação (imunidades genéricas a impostos).....	49
3.6.1. Imunidade recíproca dos entes federados.....	49
3.6.2. Imunidade das entidades religiosas (liberdade de crença).....	52
3.6.3. Imunidade dos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos (liberdades política e sindical e proteção à solidariedade nas áreas de educação e de assistência social).....	54
3.6.4. Imunidade dos livros e periódicos (liberdades de expressão e de informação).....	58
3.6.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais.....	60
3.7. Proibição de que a União institua tributos não uniformes no território nacional (uniformidade geográfica), tribute mais pesadamente as obrigações da dívida e os agentes de Estados e Municípios ou conceda isenção de tributos que não sejam da sua competência (isenção heterônoma).....	60
3.8. Proibição de que os Estados e Municípios estabeleçam diferenças tributárias em razão da origem ou do destino de bens e serviços.....	63
Capítulo 4 – Reservas de Lei Complementar e de Resolução do Senado.....	65
4.1. As leis complementares do Sistema Tributário Nacional.....	65
4.1.1. LC 225/2026: Código de Defesa do Contribuinte (DCCont).....	69
4.1.2. Lei 5.172/1966: Código Tributário Nacional (CTN).....	75
4.1.3. DL 195/1967: normas gerais da contribuição de melhoria.....	77
4.1.4. LC 123/2006: Simples Nacional.....	78
4.1.5. LC 214/2025: Instituição do IBS, da CBS e do IS.....	81

4.1.6.	LC 227/2026: instituição do Comitê Gestor do IBS, processo administrativo tributário do IBS, distribuição do produto do IBS, normas gerais do ITCMD e do ITBI e alterações na LC 214/2025	82
4.1.7.	LC 224/2025: critérios para a concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia e redução dos incentivos e benefícios federais.....	83
4.1.8.	LC 62/1989 e LC 91/1997: fundos de participação de Estados (FPE) e Municípios (FPM)	84
4.1.9.	LC 87/1996: normas gerais do ICMS	84
4.1.10.	LC 116/2003: normas gerais do ISSQN	85
4.2.	As Resoluções do Senado do Sistema Tributário Nacional	86
4.2.1.	Alíquota máxima de ITCMD (Resolução SF 9/1992)	87
4.2.2.	Alíquotas mínimas para o IPVA	87
4.2.3.	Alíquotas de Referência do IBS e da CBS	88
4.2.4.	Alíquotas do ICMS nas operações interestaduais (Resoluções 22/1989 e 13/2012).....	88
Capítulo 5 – Repartição de competências e de receitas, vinculação e desvinculação de receitas.....		91
5.1.	Repartição da competência tributária.....	91
5.1.1.	Competências privativas dos entes federativos para a instituição de Impostos	93
5.1.2.	Competência compartilhada entre Estados e Municípios para a instituição do IBS.....	95
5.1.3.	Competência residual da União para a instituição de novos impostos.....	96
5.1.4.	Competência privativa da União para instituir imposto extraordinário de guerra.....	96
5.1.5.	Competência dos entes federativos para a instituição de taxas de exercício de poder de polícia e de serviços específicos e divisíveis.....	97

5.1.6. Competência dos entes federativos para a instituição de contribuições de melhoria.....	98
5.1.7. Competência da União para a instituição de empréstimos compulsórios	99
5.1.8. Competência da União para a instituição de contribuições sociais, inclusive de seguridade social, de intervenção no domínio econômico e do interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	100
5.1.9. Competência dos entes federativos para a instituição de contribuições de custeio dos seus regimes próprios de previdência social.....	105
5.1.10. Competência dos Municípios para a instituição de contribuições de iluminação pública e de monitoramento urbano	106
5.1.11. Competência dos Estados para a instituição de contribuição de investimentos em infraestrutura e habitação relacionada às extintas contrapartidas de incentivos fiscais	106
5.2. Da repartição de receitas tributárias	108
5.3. Proibição geral de vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (não afetação).....	119
5.4. Vinculação das receitas tributárias a determinadas finalidades.....	119
5.5. Desvinculação parcial das receitas dos impostos e das taxas.....	122
Capítulo 6 – Impostos tradicionais do Sistema Tributário Nacional.....	127
6.1. Impostos sobre a importação e a exportação (II e IE).....	127
6.2. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR).....	132
6.3. Impostos sobre o patrimônio	140
6.3.1. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	141

6.3.2. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	142
6.3.3. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	146
6.3.4. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	148
6.4. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).....	151
6.5. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> onerosa de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI).....	153
6.6. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguros, títulos e valores mobiliários (IOF).....	154
Capítulo 7 – A nova tributação do consumo.....	159
7.1. Os novos impostos e a nova contribuição sobre o consumo: a transição.....	159
7.2. Imposto sobre Bens e Serviços (IBS / LC 214/2025).....	164
7.3. Imposto Seletivo (IS / LC 214/2025).....	224
7.4. Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) com sua função reduzida ao resguardo da Zona Franca de Manaus.....	236
7.5. A nova contribuição de seguridade social sobre bens e serviços (CBS/LC 214/2025).....	241
Capítulo 8 – Contribuições Permanentes previstas na Constituição.....	247
8.1. Contribuições previdenciárias dos segurados obrigatórios e dos empregadores e pessoas jurídicas tomadoras de serviços de pessoas físicas.....	247
8.2. Contribuição de seguridade social das pessoas jurídicas sobre o lucro (CSL ou CSLL).....	250
8.3. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis (CIDE-Combustíveis).....	251

Capítulo 9 – Impostos e contribuições em extinção	253
9.1. Considerações preliminares sobre a extinção de tributos pela Reforma Tributária da EC 132/2023.....	253
9.2. Imposto sobre a circulação de mercadorias, inclusive energia elétrica, e serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal, bem como sobre importação de bens, mercadorias e serviços (ICMS / LC 87/1996).....	255
9.3. Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISSQN/LC 116/2003)	257
9.4. Contribuição de seguridade social sobre o faturamento ou receita (PIS e Cofins) e sobre a importação (PIS–Importação e Cofins–Importação)	259
Anexo I – Constituição: Capítulo do Sistema Tributário Nacional.....	261
Anexo II – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	291
Anexo III – Emenda Constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023.....	311
Índice analítico alfabético–remissivo	327